Nitidez antiliberal da candidatura Dilma organiza a polarização política em 2014

06/07/2014



Por Anderson Campos

O Plano de Transformação Nacional, anunciado valentemente pela presidenta Dilma Rousseff, busca afirmar a construção de um novo ciclo histórico para o Brasil. O programa, a identidade e os movimentos políticos organizados em torno da nossa candidatura à reeleição presidencial apresentam crescente nitidez antiliberal, aprofundando o caminho pós-neoliberal. É esta afirmação que organiza a polarização entre projetos distintos: o campo da revolução democrática e a reconstituição do domínio do capital sobre o governo central.

O Plano de Transformação Nacional – apresentado pela presidenta Dilma na Convenção Nacional do PT que a lançou à reeleição – está embasado em quatro grandes reformas: política, federativa, urbana e dos serviços públicos. Trata-se de levar ao centro do programa para o quarto mandato do PT a questão democrática e a ampliação de direitos a partir de forte presença do Estado.

Esse ciclo histórico novo tem origens – poderíamos chamar de alicerces – nos três primeiros mandatos do PT à frente do governo federal. As políticas desenvolvidas neste período possibilitaram avançar em um novo patamar de planejamento público, de políticas macroeconômicas, de universalização das políticas sociais e de desmercantilização dos bens necessários à reprodução da vida social.

Uma das principais marcas do Governo Dilma – afirmada por ela em seu discurso referente ao Dia do Trabalhador em rede nacional de rádio e tevê – foi a postura do Brasil do durante a crise mundial, que atingiu as principais potências capitalistas. A defesa do emprego e da renda foi uma decisão fundamental da presidenta, dando continuidade à política de valorização do salário mínimo, elevando orçamento das políticas sociais e ampliando os programas de transferência de renda.

O documento do PT sobre diretrizes do programa de governo, intitulado “Um novo ciclo de mudanças”, formulou inicialmente a ideia de que entramos em um novo período estratégico de luta política no país. Os temas do Estado e sua democratização encontram-se no centro da intervenção política eleitoral e deverão orientar a atuação do quarto mandato e das bancadas parlamentares no período 2015-18. Isso é uma grande novidade no cenário de disputas eleitorais em nosso país.

Com isso, a candidatura à reeleição da presidenta não estará concentrada numa estratégia de marketing limitada à defesa do legado dos governos do PT. Obviamente, tal defesa tem papel fundamental na disputa eleitoral. Pesquisas de opinião demonstram que há anacronismo entre a percepção de melhoria de vida do povo e a avaliação da situação e perspectivas de futuro do país. Vincular as conquistas recentes às opções políticas de governo será uma tarefa central na campanha petista.

Ao mesmo tempo, a identidade programática que candidatura do PT vem imprimindo é de continuidade das mudanças já conquistadas e início de um novo ciclo histórico de mudanças democráticas e sociais.

Ao quadro de fragilidade ou ausência de projetos alternativos, resta à oposição organizar o combate ao programa da candidata petista. Opondo-se a esse programa, desenvolve-se a conciliação de Campos/Marina com o neoliberalismo de FHC. Assim, a candidatura Aécio Neves assume cada vez mais a liderança no polo opositor, ao afirmar-se como legítimo representante do enfrentamento ao petismo, aos interesses populares e às conquistas democráticas.

É a liderança de Aécio e do PSDB que organiza o enfrentamento às iniciativas de democratização das políticas públicas. São seus economistas que lideram os questionamentos ao investimento público, à redução do desemprego e às elevações salariais.

Ao afirmar uma candidatura com identidade e programa mais à esquerda, porque antiliberal e democratizante na perspectiva da participação popular, a candidatura Dilma enfrentará a mais difícil disputa eleitoral desse novo período.

*Anderson Campos é sociólogo

Compartilhe nas redes: